



Projeto de Lei quer demitir servidores concursados  
- Pág. 03



Luta contra o rezoneamento se fortalece  
- Pág. 07



Sindicato aposta na comunicação  
- Pág. 08

  
**Sintrajuf PE**  
Filiado à FENAJUFE

INFORMATIVO

# Sintrajuf PE EM MOVIMENTO

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal em Pernambuco ▶ N° 06



Protesto em Brasília contra a Reforma Trabalhista no dia da sua votação no senado

Foto: José Cruz/Fotos Públicas

## Avançam os ataques contra o serviço público

**Por uma nova greve geral para impedir o desmonte do serviço público,  
derrubar Temer e todos os corruptos e derrotar suas reformas!**

A Reforma Trabalhista, que altera a CLT em mais de cem pontos e libera contratações ainda mais precárias, redução salarial e aumento da jornada de trabalho foi aprovada na Câmara e no Senado e sancionada por Temer. A reforma promove um verdadeiro desmonte da Justiça do Trabalho, fazendo prevalecer o negociado sobre o legislado. As novas regras devem entrar em vigor em quatro meses.

O Sintrajuf/PE, representado pelos diretores Euler Pimentel (TRT) e Simone Coelho (TRF), esteve presente nos atos da Jornada de Luta contra a Reforma Trabalhista, em Brasília-DF, que aconteceram no dia 11 de julho, dia da votação da proposta no Senado. As mobilizações na capital federal começaram com a chegada dos parlamentares ao aeroporto. Em seguida, os manifestantes se dirigiram para o Senado, onde permaneceram durante todo o dia, mesmo sendo impedidos de entrar no Plenário e presenciarem a sessão.

O Governo corrupto e impopular de Temer agora se concentra na aprovação da Reforma da Previ-

dência. A proposta determina que homens e mulheres terão idade mínima de 65 anos para a aposentadoria, podendo chegar até 70 anos e com benefício reduzido. Também elevará o tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos e estabelecerá que a aposentadoria integral só será alcançada com 40 anos de contribuição. As pensões por morte serão cortadas pela metade e as pensões e benefícios de pessoas com deficiência e idosos serão desvinculadas do salário mínimo e reajustadas apenas pela inflação.

Só em 2017, Temer gastou 100 milhões em publicidade para defender a Reforma da Previdência. Os dados, disponíveis no portal da LAI (Lei de Acesso à Informação) do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, mostram que o Governo gastou 10 vezes mais que o previsto, atingindo 55% de todo o orçamento para campanhas publicitárias neste ano e superando, inclusive, o investimento em programas sociais como os relacionados à defesa dos direitos da mulher, que consumiram apenas 28 milhões. Para conseguir o voto de dois terços dos parlamentares e garantir a

FILIE-SE AO SINDICATO



[www.sintrajufpe.org.br](http://www.sintrajufpe.org.br)



[www.facebook.com/sintrajufpe](https://www.facebook.com/sintrajufpe)

aprovação da Reforma da Previdência na Câmara e no Senado, o Governo poderá lançar mão de artifícios como a compra de votos, como foi feito na votação da Reforma Trabalhista e na CCJ, quando cargos e emendas parlamentares foram trocados por apoio.

Para Euler Pimentel, presidente do Sintrajuf/PE, “todos estes ataques têm em comum o fato de fazerem parte de uma grande ofensiva contra os serviços públicos, deixando a população cada vez mais desprotegida. O desmonte do serviço público atinge drasticamente o Judiciário Federal, com cortes no

orçamento, extinção de zonas e cartórios eleitorais na Justiça Eleitoral e o desmonte da Justiça do Trabalho”. Segundo Euler, a ofensiva também avança com o projeto que quer acabar com a estabilidade dos servidores públicos concursados. “O PLS 116, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), prevê a demissão de servidores baseada em avaliações de desempenho”.

“O rezoneamento no TRE representa o desmonte da Justiça Eleitoral e a tentativa de transformar as zonas eleitorais em postos de serviços terceirizados, como

um auto-atendimento bancário. A terceirização avançará com peso no serviço público”, diz Simone Coelho, diretora do Sintrajuf/PE.

É necessário que as centrais sindicais convoquem uma nova Greve Geral imediatamente para ampliar a luta contra a aprovação da Reforma da Previdência e pela revogação da Reforma Trabalhista e da Lei da Terceirização. Só com o fortalecimento da mobilização poderemos impedir o desmonte do serviço público, derrubar Temer e todos os corruptos e derrotar suas reformas.

## Sintrajuf/PE propõe critérios para distribuição e movimentação de servidores da 2ª para 1ª instância

Como desdobramento de reunião realizada com representantes do sindicato e comissão de servidores no gabinete da vice-presidência do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região, o Sintrajuf/PE, em ofício enviado ao presidente em exercício desembargador Valdir José de Silva Carvalho, solicita fazer parte da “comissão de acompanhamento da resolução 219/16 do CNJ no âmbito do TRT6”, tendo como representante Euler Pimentel, presidente da entidade.

A queixa da categoria é que não houve critério na realocação dos servidores, tendo a administração do tribunal determinado que os departamentos administrativos indicassem 30 nomes, escolhidos de forma aleatória. Sobre a distribuição e movimentação dos servidores da 2ª para a 1ª instância, o sindicato sugeriu, após escutar sugestões dos servidores na sede do TRT, que fossem adotados os seguintes critérios:

- Que os servidores tenham formação em Direito;
- Que prevaleça a indicação voluntária dos servidores para sua distribuição e/ou movimentação;
- Que o servidor indicado para trabalhar na central de conciliação tenha aptidão

de negociar e trabalhar com o público;

- Que o servidor readaptado só seja transferido se o mesmo quiser e sempre respeitando o laudo que determinou sua readaptação;

- E que esses critérios permaneçam para as próximas distribuições e movimentações de servidores.

Em resposta ao ofício do Sintrajuf/PE, o tribunal informou que a matéria ainda está em processo de discussão e que encaminhará as sugestões do sindicato para conhecimento e elaboração de estudo técnico, além de que convocará reunião do Comitê Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição para tratar do assunto.

“O sindicato está atento para a forma como a resolução 219/16 do CNJ está sendo aplicada no âmbito do TRT 6 e buscará meios para que não haja nessa movimentação de servidores para a 1ª instância escolhas e indicações que desrespeitem a condição de saúde dos servidores, ameaçando a dignidade da pessoa humana. Temos que lutar por critérios objetivos e impessoais”, afirmou Euler Pimentel.

### Sindicato pede que compensação de 30 de junho se dê hora a hora

O Sintrajuf/PE protocolou na tarde de 13 de julho documento que relembra a comunicação prévia da paralisação das atividades no dia 30 de junho como resultado de assembleia da categoria e pede informações sobre como se dará a compensação das horas paralisadas. O ofício, enviado ao presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região, Desembargador Ivan de Souza Valença Alves, ainda solicita que a compensação se dê hora a hora, a exemplo do que ocorreu durante a greve de 2015 dos servidores do TRT.

### Palestra no Jiquiá aborda assédio moral

Com o tema “Meu trabalho tem valor, minha saúde tem preço”, a palestra sobre assédio moral organizada pelo Sintrajuf/PE ocorreu na tarde do dia 08 de junho, no Fórum da Justiça Federal (Jiquiá). O palestrante, José Hélio Lopes Batista (Educador da Fundacentro - Ministério do Trabalho), alertou os servidores sobre a importância da luta permanente pela melhoria das condições de trabalho e contra o adoecimento.

## Sindicato não ingressará na ação dos 21,3%

Servidores procuraram o SINTRAJUF/PE indagando sobre esta possível demanda judicial. Seria o caso de propô-la? A direção formulou, então, consulta aos dois escritórios jurídicos que atendem o sindicato, tendo ambos respondido negativamente à indagação.

### Por quê?

O direito que se imagina presente decorreria do percentual de 21,3% (genérico, linear) aplicado aos servidores do Executivo e do Legislativo, o qual, significando uma pretensa "revisão geral de remuneração", não haveria sido aplicada aos servidores do Poder Judiciário da União, ferindo a isonomia.

Alguns problemas foram identificados com a tese. O primeiro tem a ver com a Lei nº 13.317/2016, que estabeleceu novo padrão remuneratório aos servidores do PJJ, criando paradigma específico para nossas categorias. Segundo fomos informados pelos advogados, é

reiterado em jurisprudência que novos planos de carreira, elevando salários em níveis superiores aos da inflação, absorvem diferenças porventura devidas.

De outro lado - e mais importante -, o reconhecimento judicial do "direito", fosse realmente pretendido, esbarraria frontalmente na Súmula vinculante 37, segundo a qual "não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia". Trata-se de assunto, este sim, mais que resolvido na jurisprudência (inclusive, como visto, do Supremo Tribunal Federal).

Duas outras questões, ademais, parecem relevantes: politicamente, é errado iludir os servidores com a promessa de uma solução judicial aventureira, absolutamente incapaz de satisfazer seus justos reclamos por melhoras financeiras, havendo risco de

o sindicato, propondo a demanda, vir a experimentar os rigorosos ônus de sucumbência, privando-se do capital de que necessita para manter-se firme na luta pelos direitos - reais, concretos - dos servidores.

### Os fundamentos para rejeição dos 21,3% comprometem os 13% já ajuizados?

A resposta a esta última pergunta também é, felizmente, negativa. Relativamente aos 13%, o direito, até então controvertido, foi expressamente reconhecido pelo art. 6º da Lei nº 13.317/2016, tornando-se legalmente indubitosa a sua existência desde 2003 até a implementação do novo padrão remuneratório estabelecido. Ou seja, o Poder Judiciário, julgando nossa causa, não estará "criando direito com fundamento na isonomia", mas aplicando direito que o próprio ordenamento jurídico passou a prever.

## Projeto de Lei quer demitir servidores concursados

Está em tramitação no senado federal, por iniciativa da senadora sergipana Maria do Carmo do Nascimento Alves (DEM), o PL 116/2017, projeto de lei que visa demitir servidores concursados com base em avaliações semestrais de suas atividades. Se aprovada, a lei valerá para servidores que já passaram pelo estágio probatório, nas esferas federal, estadual e municipal.

Conforme consta no PL, as avaliações seriam feitas pelo chefe imediato, o que deixa o avaliado vulnerável a perseguições políticas e institucionais. Os fatores da avaliação, altamente subjetivos, seriam os pontos fixos "produtividade" e "qualidade", como também os variáveis "relacionamento profissional", "relação com o público", "capacidade de iniciativa", "abertura" e "feedback", conforme

consta no artigo 10 e no parágrafo 6 do Projeto de Lei.

O PL estabelece ainda que "A insuficiência de desempenho relacionada a problemas de saúde e psicossociais não será óbice à exoneração, se for constatada a falta de colaboração do servidor público no cumprimento das ações de melhoria sugeridas pelo órgão", permitindo a demissão mesmo em casos de adoecimento do servidor.

O projeto é mais uma iniciativa para atacar os serviços públicos e reduzir o Estado,

afastando a prestação de serviços da população e transformando o funcionalismo em um balcão de empresa privada.



# CONTRA O POVO

DEPUTADOS E SENADORES DE PERNAMBUCO QUE VOTARAM A FAVOR DA REFORMA TRABALHISTA DE TEMER PARA RETIRAR DIREITOS DOS TRABALHADORES



ADALBERTO CAVALCANTI  
(DEP. PTB)



ANDRÉ DE PAULA  
(DEP. PSD)



AUGUSTO COUTINHO  
(DEP. SOLIDARIEDE)



BETINHO GOMES  
(DEP. PSDB)



BRUNO ARAÚJO  
(DEP. PSDB)



CARLOS EDUARDO CADOCA  
(DEP. PDT)



DANIEL COELHO  
(DEP. PSDB)



FERNANDO COELHO FILHO  
(DEP. PSB)



RICARDO TEOBALDO  
(DEP. PTN)



FERNANDO MONTEIRO  
(DEP. PP)



JARBAS VASCONCELOS  
(DEP. PMDB)



JOÃO FERNANDO COUTINHO  
(DEP. PSB)



JORGE CÔRTE REAL  
(DEP. PTB)



KAIO MANIÇOBA  
(DEP. PMDB)



MARINALDO ROSENDO  
(DEP. PSB)



MENDONÇA FILHO  
(DEP. DEM)



FERNANDO BEZERRA  
COELHO (SEN. PSB)



ARMANDO MONTEIRO  
(SEN. PTB)



**Sintrajuf-PE**

Filiado à FENAJUFE

SINDICATO DOS TRABALHADORES  
DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
EM PERNAMBUCO

# Justiça Eleitoral não é despesa, é investimento

Artigo da servidora Cinthya Bittencourt (Técnica Judiciária - 118 ZE PE)

**É** momento de parar e pensar na importância da Justiça Eleitoral. Nossas funções, nossas chefias, e, até mesmo, nossas lotações são insignificantes diante da relevância social do nosso órgão. Estamos perdendo espaço e valor enquanto Instituição. Hoje, não sou eu, servidora lotada em lugar “x”, com função “x”, que escrevo, hoje sou a Justiça Eleitoral sangrando.

No começo, chegou a se falar em extinguir quase 80 zonas eleitorais em nosso estado. Agora, tentamos reduzir isso pela metade, ainda assim chegamos a quase um terço das zonas eleitorais a serem extintas no interior. Em um país que vive um momento de luta expressiva contra a corrupção, esse número grita abafado pelas decisões ditatoriais acompanhadas de seus prazos exíguos. Citei números do meu estado, mas isso está acontecendo nacionalmente, em TODOS os estados.

Quanto foi investido na Justiça Eleitoral nos últimos anos? Eleições realizadas em urnas eletrônicas, cadastramento de eleitores com biometria. E não falo só do investimento financeiro, falo do investimento pessoal de cada servidor. Trabalhamos fins de semana, feriados, horas extras, para garantir o máximo de cidadãos cadastrados com o novo sistema.

Da Justiça Federal, somos a mais interiorizada. Porque precisamos ser. Quem trabalhou em municípios do interior sabe a dificuldade do eleitor da zona rural de chegar a sua zona eleitoral para cumprir com suas obrigações políticas. Em uma das cidades que trabalhei, chegamos a pensar até em ir periodicamente à zona rural cadastrar os cidadãos e resolver suas pendências eleito-

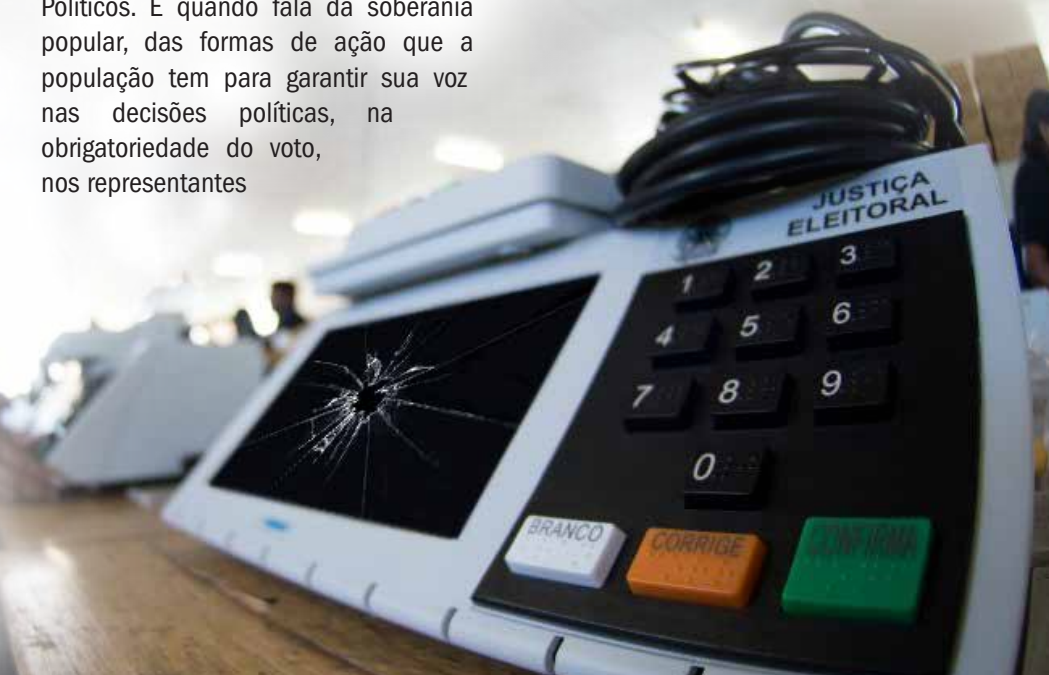
rais, e depois retornar com os títulos impressos, diante da total dificuldade de locomoção. Mas por que o eleitor da zona rural precisa tanto disso? Para garantir os benefícios que o estado fornece para que possa sobreviver. Os benefícios que tiraram uma quantidade massiva de cidadãos do nível de extrema pobreza. E não só, até para poderem ter sua aposentadoria.

No período de fechamento de cadastro eleitoral (aqueles últimos dias antes da eleição para tirar título, transferir ou resolver pendências eleitorais), é quando mais vemos essa dificuldade. No período de propaganda eleitoral, se não há um chefe de cartório, uma equipe, um juiz e um promotor na cidade, quem vai realizar as reuniões pra administrar locais e horários e tentar evitar confrontos? Quem vai fiscalizar a propaganda? No dia da eleição, quantos são apreendidos por compra de votos? Quem vai fiscalizar?

A Constituição Federal reserva o Capítulo IV do Título II para tratar dos Direitos Políticos. É quando fala da soberania popular, das formas de ação que a população tem para garantir sua voz nas decisões políticas, na obrigatoriedade do voto, nos representantes

escolhidos através do voto. E, mais, dos casos de perda e suspensão de direitos políticos. Entre eles, bastante graves e importantes, estão: cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, condenação criminal transitada em julgado e improbidade administrativa. Quem é responsável por garantir essa determinação constitucional? A Justiça Eleitoral.

Eu questiono se uma mudança tão grande não deveria ser questão de procurar saber o que a sociedade quer. Questiono se a cidadania (um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, inciso II do Art. 1º da Constituição Federal) está sendo atendida nessa decisão. Se o parágrafo único do citado Artigo está sendo lembrado, aquele que diz que “todo poder emana do povo”. Se extinguir zonas eleitorais em municípios já tão carentes de assistência do Estado, vai contribuir para a garantia do desenvolvimento nacional (Inciso II do Art. 3º da Constituição Federal).



Um órgão que garante todos os documentos gratuitamente (pode ser primeira, segunda, terceira, décima via, revisão de cadastro, transferência, etc.) e no mesmo momento do atendimento ao cidadão. Que garante a celeridade das Eleições. Que garante, inclusive, que as Eleições aconteçam, e pra isso, muito trabalho é feito. Os servidores dedicam meses, trabalhando fins de semana e feriados, ausentes em casa, mas servindo ao país, e garantindo o direito constitucional do eleitor de eleger seu candidato, de forma sigilosa e universal. Isso tudo correndo contra o tempo porque os prazos para realização de feitos relacionados ao processo eleitoral são curtíssimos. Por quê? Porque estão presentes até nos menores municípios.

Dizer à sociedade que extinguir órgãos é bom porque vai reduzir custos é utilizar argumentos falaciosos para amputar partes importantíssimas de garantia de cidadania do nosso país, e com aval da população, a que mais precisa dessa assistência. É preciso lembrar que a Justiça Eleitoral está diretamente ligada ao combate à corrupção em todos os níveis. E, principalmente, observar que isso acontece logo depois de ter sido feito tanto investimento com tantas inovações, como as já citadas (biometria e eleições eletrônicas), que garantem que todos os processos sejam

oferecidos ao cidadão de forma rápida, eficiente e eficaz. É totalmente incoerente, para dizer o mínimo. Só desvaloriza e torna ineficiente uma Justiça que vem mostrando cada vez mais o seu valor. Por quê? Qual será o custo para a democracia?

Vamos refletir sobre alguns trechos encontrados no próprio site do TSE, retirados do endereço <http://www.tse.jus.br/.../justica-eleitoral-e-educacao-para-a-...> :

“É a Justiça Eleitoral responsável pela condução das eleições no Brasil, bem como a garantia da legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, tudo isso com o fim maior de garantir e fortalecer o regime democrático.”

“Nesse ponto, cabe destacar a temática da educação e o papel da Justiça Eleitoral a ser exercido pelas escolas judiciárias eleitorais. Para fins de desenvolvermos uma educação cidadã no Brasil, faz-se necessário uma maior participação e colaboração da Justiça Eleitoral de modo a se aproximar da sociedade em geral e conscientizar a população do exercício do voto limpo, livre e consciente.”

“Em verdade, os avanços na atuação administrativa da Justiça Eleitoral nos últimos anos dão conta de que é irreversível o processo de aproximação cada

vez maior desse ramo do Poder Judiciário com a população. E junto com isso, temos a já citada “educação cidadã para a democracia”.

Resumo: Justiça que garante e fortalece o regime democrático, e que, justamente por isso, necessita estar próxima à população. Estamos “estudando”, no entanto, a extinção de zonas eleitorais, o que vai contra tudo isso. Estamos “estudando” afastar a Justiça Eleitoral da população. A sociedade sabe disso? Foi realizada alguma pesquisa? Alguma consulta à população?

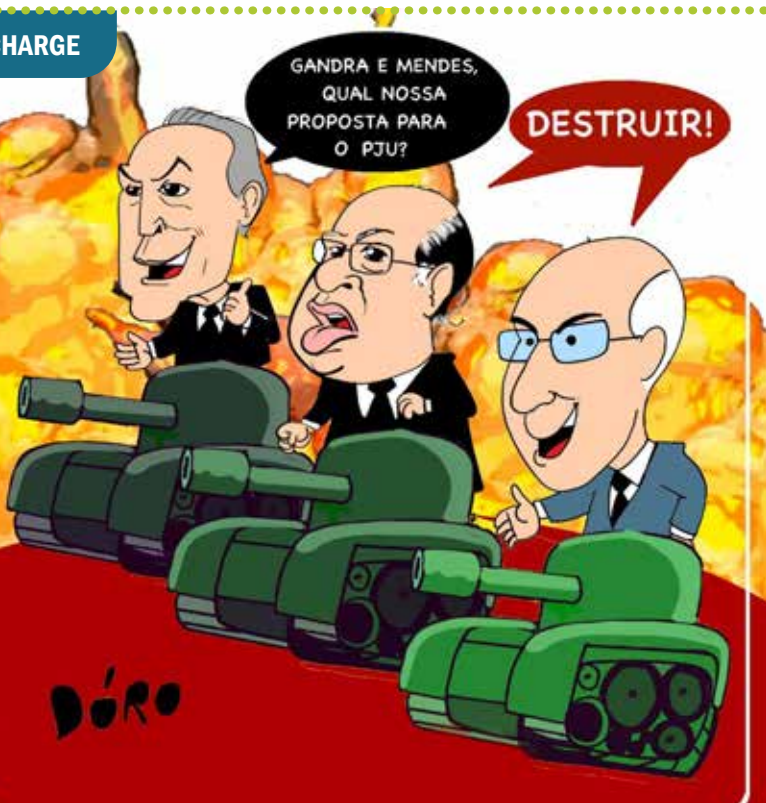
Em um outro trecho no mesmo site do TSE (<http://www.tse.jus.br/.../memorias-da-democracia-ministro-gil...>), podemos encontrar o seguinte:

“Nas palavras de Gilmar Mendes, a Justiça Eleitoral é um modelo singular, uma experiência digna de nota que deveria ser replicada em outros setores”.

Temos razões e argumentos de sobra para a manutenção de todas as zonas eleitorais existentes no país, todas são importantes. Esse momento, mais do que nunca, é de união de forças para combater a desestruturação do nosso órgão. Vamos mesmo assistir calados? Justiça Eleitoral não é despesa, é investimento. É garantia da democracia e da cidadania.

#NenhumaZEaMenos

CHARGE



DORO PARA O SINTRAJUF-PE

AGENDA DE LUTA

AGOSTO

4

AMPLIADA DO FONASEFE

Nos dias 4, 5 e 6 de agosto acontece em Brasília a Reunião Ampliada do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, o Fonasefe. Para representar o Sintrajuf-PE, participarão da reunião os diretores Euler Pimentel e José Carlos Leal.

AGOSTO

16

DIA NACIONAL DE PARALISAÇÃO NA JUSTIÇA ELEITORAL

Aprovado na última Reunião Ampliada da Fenajufe, o 16 de agosto terá atos em todo o país contra a extinção dos cartórios eleitorais. Em Pernambuco, já está confirmada a paralisação em Jaboatão.

AGOSTO

19

ENCONTRO DA JUSTIÇA ELEITORAL DA FENAJUFE

Encontro dos servidores da Justiça Eleitoral dia 19 e/ou 20 de agosto, em Brasília.



## Luta contra o rezoneamento eleitoral se fortalece e 16 de agosto será dia de paralisação nacional

O rezoneamento, imposto por resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, vem extinguindo zonas nas capitais e principalmente no interior do país. A medida determina o número mínimo de 100.000 eleitores por zona eleitoral nos municípios. Para o interior e cidades com número de habitantes inferior, a quantidade mínima de eleitores passa a ser de 70 mil. O rezoneamento já vem sendo aplicado em Pernambuco, que teve 3 zonas fechadas na capital e a previsão de 34 zonas fechadas no interior. No país, ao todo, serão fechadas 72 zonas eleitorais nas capitais e outras 900 no interior.

Além de afetar a fiscalização das campanhas eleitorais, que contarão com menos promotores e juizes, o rezoneamento também dificulta o acesso da população ao serviço eleitoral. Para José Pereira, líder comunitário de Chagas Ferreira, comunidade que teve seu cartório eleitoral fechado pelo rezoneamento, “a democracia está, acima de tudo, no respeito à população e aos

espaços conquistados por ela. Os cartórios eleitorais são uma conquista do povo”. José Pereira relatou que na ocasião da extinção do cartório eleitoral que atendia sua comunidade, a população realizou um abaixo-assinado com mais de 500 assinaturas contrárias, que foi enviado para o TRE e o TSE.

Para Euler Pimentel, presidente do Sintrajuf/PE, não houve diálogo na construção e aplicação da medida, que não respeita a opinião dos servidores da Justiça Eleitoral ou da população. “O rezoneamento faz parte do desmonte do serviço público, que não leva em consideração os interesses da população e nem dos servidores. O que está acontecendo com o TRE é o mesmo desmonte da Justiça do Trabalho e as Reformas do governo Temer. A lógica liberal impera sobre a necessidade da população”, disse Euler.

No mês passado, a Associação Nacional dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) ajuizaram

no Supremo Tribunal Federal (STF), respectivamente, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.730 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 47, com o objetivo de anular as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral a respeito do rezoneamento. O novo presidente do TRE-PE, Desembargador Luiz Carlos de Barros, afirmou não concordar ideologicamente com o rezoneamento e se comprometeu a tentar adiar o prazo para sua aplicação, a fim de aguardar o posicionamento do STF, que julgará a questão.

Aprovado na última Reunião Ampliada da Fenajufe, 16 de agosto será o Dia Nacional de Paralisação na Justiça Eleitoral e terá atos em todo o país contra a extinção dos cartórios eleitorais. O Sintrajuf/PE vem visitando os locais de trabalho, intensificando a agenda de mobilização e convocando a categoria para a paralisação. Também estão sendo construídas audiências públicas nas Câmaras de Vereadores do Recife e de Jaboatão contra o rezoneamento.

### Linha do tempo da luta contra o rezoneamento



05/06 - Reunião com diretor-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Maurício Caldas de Melo



07/06 - Reunião entre Sintrajuf/PE, servidores e presidente da Associação do Ministério Público de PE



07/06 - Servidores realizam ato na sede do TRE (Tribunal Regional Eleitoral)



09/06 - Ato durante o COPTREL (Colégio de Presidentes dos TREs) em João Pessoa-PB



18/06 - Visita à Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE)



19/06 - Protesto no TRE durante visita de Gilmar Mendes



19/06 - Protesto dos servidores repercute na mídia, com destaque na televisão e jornais



27/06 - Audiência Pública na ALEPE debate rezoneamento



27/06 - Servidores protestam em frente à ALEPE contra cartórios extintos



17/07 - Reunião com vereador Almir Fernando e líder comunitário José Pereira em Água Fria



17/07 - Reunião com novo presidente do TRE, desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo



Visita aos locais de trabalho convoca paralisação nacional de 16 de agosto

## O SINTRAJUF/PE CRESCE E VOCÊ SE FORTALECE NA LUTA



Filie-se ao seu sindicato



## Sindicato aposta na comunicação



Sabendo da importância da comunicação para o fortalecimento das lutas, o Sintrajuf/PE vem investindo em campanhas veiculadas em outdoors e também na televisão, onde participa todo domingo do programa “Tá Ligado Cidadão”, que é transmitido pela TV Tribuna Pernambuco, afiliada da Band. A edição é veiculada sempre às 7h30.

Na última reunião ampliada da Fenajufe, Simone Coelho, diretora do sindicato, propôs uma resolução de mídias que foi aprovada. Confira resolução na íntegra: “Por uma campanha de mídia da Fenajufe a exemplo dos sindicatos nos estados contra o rezoneamento, reformas e sucateamento e ataques ao serviço público; entendendo-se por mídias: outdoors, rádio, televisão, jornais e revistas, conscientizando a população e a sociedade em geral.”

## Plantão Jurídico



A assessoria jurídica do Sintrajuf/PE realiza plantões semanais para as filiadas e filiados com o advogado Rafael Pontes Miranda. Os plantões ocorrem todas as terças-feiras, das 14 às 18h. Para agendar o encontro, as filiadas e filiados devem ligar para o Sintrajuf/PE e falar com Maria Helena, no telefone (81) 3421.2608.

**EXPEDIENTE | Diretoria:** Euler Emanuel Pimentel de Oliveira, André Felipe Pottes Alves, Iran Evangelista, Marília Gonçalves Berquó, José Carlos Leal, Simone Coelho Nunes Costa, Fabiano de Oliveira Rodrigues, Luiz Fernando Soares da Silva. **Conselho Fiscal:** Márcia Cristiana Coutinho Tavares, Vania Vidal Sampaio, Vanja Clere Bitu. | **Sede:** Rua do Pombal, 52, Santo Amaro, Recife-PE, CEP 50100-170 | **Telefone:** (81) 3421.2608 / (81) 3222.4747 | **sind@sintrajufpe.org.br** | **www.sintrajufpe.org.br** | **Textos/diagramação:** Luciana Barbosa/Converge Comunicação | **Tiragem:** 2.500 | **Gráfica:** Provisual.